

**REUNIÃO PLENÁRIA / 1º CICLO DE 2014**

**Data:** 20 a 22 de Maio de 2014

**Local:** São Luis – MA

**Presentes:**

Conforme lista de presença

**Ausentes Justificados:**

Não houve

**Redator:**

Bruna Lelli Pamplona (Cored)

**Assuntos Tratados**

A reunião foi iniciada pelo Dr. Omer Pohlmann Filho, Coordenador Geral da RBMLQ – I, que apresentou os quadros comparativos da evolução da receita detalhada da RBMLQ – I. Esclareceu que, em tese, as equipes que atuavam em Pré – Medidos foram deslocadas para outras áreas, mas o reflexo deste deslocamento ainda não foi evidenciado.

Apontou a queda dos índices do Acre, devido ao desastre natural que ocorreu e destacou os altos índices de inadimplência no estado do Pará.

Em relação à Rondônia, explicou que a força de trabalho sofreu uma drástica redução, deixando a situação instável e solicitou que o estado de Roraima reduza o índice de inadimplência.

Apontou o baixo índice em Serviços Metrológicos em Alagoas, ressaltando a necessidade de agilizar o treinamento para os agentes metrológicos.

No estado do Maranhão, apontou o acréscimo em muitas metrológicas e solicitou que se tenha mais atenção na área de serviços.

Destacou o baixo índice em serviços metrológicos nos estados da Paraíba, Rio Grande do Norte e Pernambuco.

Ressaltou que, em relação ao ano anterior, o estado do Piauí teve um acréscimo em serviços metrológicos.

Acerca do estado de Sergipe, apontou a necessidade de mais investimento em serviços metrológicos. Dr. José do Patrocínio, Dirigente do ITPS – SE, esclareceu que perdeu parte da sua equipe, justificando esta queda.

Dr. Clodoaldo Ferreira, Dirigente do Ipem – MT, destacou que a queda em serviços metrológicos pode ser reflexo do grande número de servidores em férias nos meses de janeiro e fevereiro.

Sobre o estado do Espírito Santo, Dr. Marcelo Zanuncio, Diretor Técnico do Ipem – ES, falou sobre o ingresso de novos servidores nesse órgão, destacando que há expectativa de melhoria nos índices.

Dr. Alexandre Modonezi, Superintendente do Ipem – SP, apontou que há grande dificuldade na cobrança das taxas de pequeno valor, esclarecendo que a procuradoria não quer dar um encaminhamento. Dr. Marcelo Martins, Procurador Federal, apontou a necessidade de se criar a prerrogativa de cobrança antecipada das taxas. Esclareceu, ainda, que existem instrumentos jurídicos que auxiliam na redução da inadimplência.

Dando prosseguimento, Dr. Omer Pohlmann Filho, apresentou o comparativo total da evolução da receita, destacando que o percentual de aumento pactuado foi de 18% na receita. Esclareceu que caso se cumpra os percentuais que foram planejados, se alcançará o índice de 12%, porém, atualmente, alcançou-se o índice de 3%.

Dr. Alexandre Modonezi destacou que a mudança do procedimento em Pré – Medidos impactou na queda deste índice.

Dr. José do Patrocínio comentou que os dados apresentados apontam que há uma necessidade de revisão no planejamento técnico para os próximos exercícios.

Posteriormente, Dr. Omer Pohlmann Filho apresentou o quadro resumo do Plano de Trabalho e do Plano de Aplicação de todos os órgãos delegados.

Dr. Luiz Carlos Gomes, Diretor de Metrologia Legal do Inmetro, abordou a questão dos Produtos Pré – Medidos, destacando que a expectativa de queda de receita poderia ser distribuída na tabela de taxas, visando à recuperação da receita. Dr. Omer Pohlmann Filho esclareceu que a revisão da tabela de taxas está sendo feita baseada na questão da inflação. Dr. Luiz Carlos Gomes sugeriu que se coloque um percentual para cada instrumento, porém, Dr. Marcelo Martins explicou que não é coerente se basear um aumento de taxa em uma queda de receita.

Sobre a implantação e utilização dos módulos do SGI, esclareceu-se que utilização dos módulos administrativos é obrigatória e está prevista no convênio. Destacou a existência de vídeoaulas para esclarecimento de dúvidas.

Apresentou o cronograma de planejamento e o calendário de reuniões, destacando a alteração do local da Reunião Regional Norte.

Finalizando, as atas de registro de preço que se encontram vigentes foram apresentadas, esclarecendo que as informações para a realização das compras serão tiradas do Plano de Aplicação.

Dr. José Carlos Brandes, Diretor de Informática da SURRS, apresentou o Sistema de Gestão integrada da RBMLQ – I, apontando as principais demandas e ações realizadas.

Esclareceu que o certificado digital foi adquirido e apontou-se a necessidade de criação de relatórios mais qualitativos.

Visando agilizar os processos, informou que haverá a possibilidade de se aceitar a assinatura do detentor do instrumento no coletor, na fase de protesto e informou que todo processo da Dconf migrará para o SGI.

Esclareceu que existem relatórios no SGI que mostram o tempo de utilização do coletor, isto é, a hora média que a equipe trabalha por dia.

Dr. Marcelo Martins, finalizando o espaço, destacou a importância do Inmetro focar em duas questões: A cobrança de créditos e mecanismos para melhoria de produtividade.

Iniciou-se a apresentação do Grupo de Geoprocessamento, onde Sr. Rogério Sidney, representante do Ipem – MT, abordou os principais objetivos no SGI, destacando que o objetivo geral do GT é implantar um Sistema de Informações Geográficas – SIG, com a finalidade de ser uma ferramenta auxiliar na gestão da RBMLQ-I e do INMETRO;

Falou que um dos objetivos específicos do GT é através do Georeferenciamento, oferecer uma visão panorâmica espacial das localizações dos instrumentos e produtos verificados, fiscalizados e/ou avaliados pelos Órgãos Delegados.

Dr. Alexandre Modonezi informou que no Ipem – SP já existe um sistema de rastreamento de veículos, que visa o controle da frota. Dr. Omer Pohlmann Filho sugeriu que os Órgãos Delegados que já possuem sistema de controle de frota sejam convidados a participar da próxima reunião deste GT.

Dr. Fabrício Guaglianone, Dirigente do Imetropará, destacou que o estado do Pará também está fazendo um trabalho de geoprocessamento e que informou que um termo de cooperação para obterem licença de atuação foi elaborado.

Dr. Rogério Sidney finalizou, destacando a importância da ferramenta Google para esta atividade.

Dr. Marcio Paiva, Assistente da Cored, apresentou os dados referentes à capacitação, destacando as áreas de interesse.

Posteriormente, falou acerca dos monitores da área de metrologia legal, destacando o status que havia na última Plenária.

Abordou a questão dos módulos administrativos do SGI, destacando a adesão de cada módulo.

Falou sobre a criação das vídeoaulas, apresentando o vídeo que está disponível na plataforma moodle.

Exibiu o calendário de treinamentos referente ao 2º semestre de 2014, chamando atenção para a nova versão do curso de formação de agentes fiscais, que tem a previsão de iniciar em 7 de julho de 2014.

Esclareceu que há expectativa de realização dos cursos Incerteza de Medição e Módulo Jurídico SGI.

Sobre Consumo Seguro e Saúde, enfatizou que programada a realização do curso de pós – graduação Consumo Seguro, com componente virtual e presencial, porém, informou que a Universidade Pompeu Fabra não realizará o curso. O curso de especialização avançada em Segurança de Produtos e Avaliação de Riscos e as oficinas regionais para conscientização sobre acidentes de consumo e mobilização de autoridades estaduais para a criação de redes de consumo seguro e saúdes locais também deverão acontecer.

Dr. Omer Pohlmann Filho solicitou que os estados capacitem pessoas para monitores, destacando a importância de cada órgão possuir um.

Dr. Marcio Ribeiro Paiva, retomando a apresentação, abordou a questão do módulo de capacitação no SGI, esclarecendo que este módulo encontra-se em desenvolvimento e que há previsão de ser implantado em outubro de 2014.

Concluindo, falou sobre as bolsas Pronametro (Programa Nacional de Apoio ao Desenvolvimento da Metrologia, Qualidade e Tecnologia), destacando os projetos em andamento e as novas oportunidades para os Órgãos Delegados.

O Espaço Cicma foi iniciado pela Prof. Renata Bondim, Chefe do Centro de Informação e Capacitação em Metrologia Legal e Avaliação da Conformidade, que destacou o grande desafio que é estar a frente desta atividade e abordou o apoio que recebem da equipe da SURRS, pois os recursos tecnológicos os ajudam muito.

Exibiu o ambiente virtual de aprendizagem, informando que este é adequado ao público alvo. Destacou que o conteúdo que esta sendo trabalho já existe nas vídeoaulas, porém recursos foram agregados. Acordou-se que este recurso será validado na próxima reunião do comitê gestor.

O espaço Jurídico foi iniciado e o Sr. Antônio Prates, técnico da SURRS, apresentou os procedimentos para envio, análise e notificação dos recursos de forma digital, destacando o cenário atual.

Ressaltou que foi eliminado o trâmite físico, explicando que tanto a Profe quanto a Comissão Permanente utilizarão o SGI e, em seguida, destacou os principais benefícios.

Acordou-se que em 1º de Julho de 2014 será entregue o módulo.

Posteriormente, falou dos principais benefícios, destacando a evolução do processo.

Dr. José do Patrocínio comentou que a equipe de auditoria não se contenta em consultar o SGI.

Dr. Marcelo Silveira Martins destacou que as equipes de auditoria já foram capacitadas para fazerem auditorias online. Informou que o processo foi atrasado devido os procedimentos para se adquirir as chaves publicas e assinaturas virtuais e destacou que este procedimento também será implantado nos Órgãos Delegados.

Sr. Antônio Prates, retomando sua fala, abordou as questões acerca dos procedimentos de envio das certidões de dívida ativa e recebimento das informações do protesto usando assinatura digital e webservice.

Dr. Marcelo Silveira Martins chamou atenção para a problemática dos títulos que foram pagos e não foram dados baixa.

Sr. Antônio Prates destacou que os documentos serão assinados com certificado digital e apresentou a comunicação do SGI com a CRAs (IEPTB), explicando que há a possibilidade de se colocar as informações de forma automática, sem precisar entrar na tela.

Dr. Marcelo Silveira Martins sugeriu que se faça uma tela de status e acordou-se que em agosto será entregue esta tela para testes.

Dr. Fernando Rossas, Dirigente do Ipem – Fort, perguntou sobre os valores que a procuradoria pode protestar. Sr. Antônio Prates esclareceu que qualquer valor poderá ser protestado, desde que os procedimentos sejam cumpridos.

Sobre a captura da assinatura digitalizada no momento da verificação usando o coletor de dados, esclareceu que a ideia é eliminar a digitalização, conseguindo-se capturar a assinatura através do coletor. Acordou-se que será realizada uma videoconferência no final deste mês para esclarecimentos sobre este tema.

Posteriormente, apresentou o cronograma das videoconferências do módulo jurídico, explicando que visam a interação entre os Órgãos Delegados e a otimização dos serviços.

Dr. Marcelo Silveira Martins abordou, na sequência, o tema Doação de Bens no ano eleitoral, destacando que o Inmetro orienta que se façam doações, apenas, para entidades públicas.

Dr. Rubens Camargo, Dirigente do Ipem – PR, informou que realiza as doações para a Secretaria de Ação Social do Estado e pretende continuar adotando este procedimento. Dr. Omer Pohlmann Filho explicou que no período eleitoral é preciso adotar uma decisão única.

Dr. Alexandre Modonezi ressaltou que no estado de São Paulo as doações são realizadas através do fundo de Ação Social, ficando decidido que este tema será pautado na próxima Câmara Setorial Jurídica (Doações em Período Eleitoral).

O espaço Diraf foi iniciado e o Dr. Antônio Carlos Godinho, Diretor de Administração e Finanças do Inmetro, agradeceu a colaboração de todos os Órgãos Delegados na transição do convênio.

Abordou a questão da receita atual e esclareceu que o ano iniciou muito bem. Destacou que havia a previsão de aumento de receita.

Apresentou o orçamento de 2013, destacando que todo o recurso foi utilizado.

Abordou as obras / investimentos previstos no SGI para 2015, solicitando que os estados revisem o plano de aplicação.

Dr. Omer Pohlmann Filho destacou a importância de se verificar os investimentos que realmente tem potencial para acontecer.

Dr. Arthur Galdino, Dirigente do Imeq – PB, explicou que está prevendo em seu orçamento a construção da nova sede, porém há alguns problemas burocráticos, ressaltando a dificuldade de aprovação de projeto por parte do Inmetro.

Dr. Emmanuel Andrade, Dirigente do Ipem – PE, ressaltou que a dificuldade com o setor de Engenharia é um problema recorrente.

Dr. Antônio Carlos Godinho informou que foi feito um contrato específico para a contratação de engenheiros e 3 (três) atenderão, exclusivamente, aos Órgãos Delegados.

Dr. Antônio Carlos Godinho informou, ainda, que em casos específicos os Órgãos delegados podem fazer o projeto, porém, a Dieng é responsável pela supervisão das obras.

Dr. Alexandre Modonezi explicou que no Estado de São Paulo existe a companhia do governo que é responsável pela supervisão das obras, porém Dr. Rogério Fernandes, Auditor Chefe do Inmetro, registrou que se o bem / patrimônio é do Inmetro, este precisa estar ciente.

Dr. Marcelo Silveira Martins ressaltou a necessidade de se formalizar as ações.

Referente ao próximo Encontro da Diraf com a RBMLQ – I, Dr. Antônio Carlos Godinho registrou que só será realizado se tiver pauta / conteúdo programático.

O espaço Audin foi iniciado e Dr. Rogério Fernandes registrou que em seu ponto de vista a auditoria deveria ser preventiva e orientativa. Falou da importância de se cumprir o que a legislação de termina.

Abordou a diferença entre auditoria interna e controle interno (Secom).

Dr. Alfredo Lobo, Diretor de avaliação da Conformidade, falou sobre o desafio que é montar uma equipe, destacando que no próximo concurso deverá ter vagas para a equipe da auditoria e chamou atenção para o monitoramento dos resultados da avaliação.

Dr. José do Patrocínio aproveitou a oportunidade para desejar sucesso ao Dr. Rogério Fernandes neste novo desafio e elogiou a postura do servidor da auditoria Sr. Carlos Otávio de Almeida Afonso.

Dr. José do Patrocínio sugeriu que os resultados, assim como os erros mais comuns cometidos pelos Órgãos Delegados sejam destacados, sem expor os Órgãos Delegados. Dr. Rogério Fernandes falou que estudará a possibilidade de se apresentar os índices de não conformidade reincidentes.

Dr. Sérgio Maia, Dirigente da AEM – MS, também desejou sucesso e sabedoria ao Dr. Rogério Fernandes, destacando que acha interessante que se faça um curso de auditoria interna e, ainda, destacou a necessidade de treinar os auditores para utilizarem o SGI.

Dr. Luiz Carlos Silva, Dirigente do Inmetro – SC, informou que sofreu uma auditoria investigativa, porém Santa Catarina sempre teve uma postura transparente e correta. Destacou que os auditores tiveram uma postura desleal.

Dr. Alfredo Lobo sugeriu que se invista em treinamentos, destacando que o próprio SGI possui módulos para capacitação.

O espaço Dicom foi iniciado e o Dr. Afonso Ribeiro, Chefe da Divisão de Comunicação Social do Inmetro, abordou o alinhamento da comunicação externa, focando na preocupação na queda da credibilidade. Destacou o episódio de Plugs e Tomadas, que teve uma repercussão positiva, porém polêmica.

Ressaltou a necessidade de manter os Órgãos Delegados munidos de informação e da importância dos Órgãos Delegados e do Inmetro alinharem seu discurso.

Esclareceu que haverá a inclusão dos Órgãos Delegados no treinamento de mídia para os porta-vozes e se prontificou em disponibilizar para os estados um vídeo educativo sobre adaptadores de plugs e tomadas.

Falando, ainda, sobre credibilidade, destacou casos de mídia negativa que podem acarretar no enfraquecimento da marca.

Ressaltou a importância do interlocutor de comunicação e informou que após a veiculação do vídeo sobre falsos fiscais os registros na ouvidoria aumentaram consideravelmente.

Dr. Fabrizio Guaglianone sugeriu que se crie uma cartilha que oriente os Órgãos Delegados a se posicionar perante a mídia, focando em alguns temas recorrentes.

Dr. Afonso Ribeiro se comprometeu em articular com a Dconf algumas questões e passar para os Órgãos Delegados.

Dr. Marcelo Zanuncio sugeriu que se inclua nas propagandas de veiculação nacional os Órgãos Delegados, viado valorizar e divulgar a parceria.

Dr. Osny Bonfim, dirigente do Ibametro, destacou a necessidade da Dicom agir de forma proativa, principalmente nas questões mais polêmicas, enfatizando as operações especiais.

Dr. Alfredo Lobo explicou que as operações especiais são focadas no mercado, visando chamar atenção da sociedade e não no índice de irregularidade.

Dr. Osny Bonfim explicou que os índices reforçariam a ação com a mídia, pois o objetivo é retirar do mercado os produtos que oferecem risco a saúde. Dr. Alfredo Lobo ressaltou que se pode associar as informações.

Dr. Virgilio Cavalcante, Dirigente do Inmeq – AL, sugeriu que seja realizado um encontro com os assessores de imprensa dos estados, ficando acordado que o Dr. Omer Pohlmann Filho articulará com o Chefe de Gabinete do Inmetro, Dr. Carlos Eduardo Camargo, a realização do referido encontro.

O Espaço Dimel foi iniciado pelo Dr. Luiz Carlos dos Santos, informando que foi enviado aos Órgãos Delegados um ofício visando sanar as não conformidades, estipulando um prazo de 60 (sessenta) dias para manifestação.

Abordou a questão da rastreabilidade dos padrões, enfatizando que esta é uma atividade de metrologia legal e que o fiscal precisa ter competência técnica e um padrão base confiável.

Na área de pré – medidos, chamou atenção para a necessidade de se ter a estrutura adequada e enfatizou que qualquer instrumento que é utilizado para a obtenção de resultados confiáveis precisa de calibração. Destacou que é desejável que se realize as calibrações em laboratórios acreditados.

Ficou acordado que a Dimel agendará reunião com os Órgãos Delegados para identificar a correta forma de atuação em rastreabilidade.

Sr. Maurício Evangelista, Diretor Substituto da Dimel, destacou a dificuldade de verificar os radares fixos e Dr. Omer Pohlmann Filho sugeriu que se coloque uma pessoa com dedicação exclusiva para esta atividade.

Dr. Alexandre Modonezi informou que o estado de São Paulo desenvolveu uma metodologia de verificação de radar e colocou a disposição da Dimel.

Dr. Omer Pohlmann Filho apresentou os dados acerca do Programa de Cadastramento e Credenciamento de postos de cronotacógrafos pelo Inmetro.

Informou que é uma atividade com um grande potencial de crescimento e destacou os dados das fiscalizações realizadas.

Apresentou a rede de postos, enfatizando que é necessário melhorar a distribuição.

Dr. Alexandre Modonezi registrou que é muito importante se fiscalizar os postos de ensaios, ficando acordado que se encaminhará este caso para discussão no GAT, pois há uma falha no sistema.

Dr. Omer Pohlmann Filho apresentou as ações de TI mais recentes e Sr. André Fofano explicou que um grupo foi criado no SGI, onde os dados das oficinas serão lançados.

Dr. Omer Pohlmann Filho destacou que haverá um curso para formação de auditor e solicitou que todos os estados participem.

Dr. Fernando Rossas solicitou que os Órgãos Delegados sejam informados dos locais onde os postos serão construídos e Dr. José Carlos Brandes ficou encarregado de repassar esta informação à RBMLQ – I.

Dr. Omer Pohlmann Filho informou sobre os equipamentos adquiridos através da Superintendência do Inmetro do Rio Grande do Sul e destacou a possibilidade de se adquirir simuladores de pista para os estados do Piauí e do Amazonas.

Acerca da capacitação, falou sobre o curso de formação de agentes credenciados à execução de ensaios metrológicos em cronotacógrafos (agente externo), destacando que para atingir os resultados, os alunos foram submetidos a realização de avaliação final.

Sobre os assuntos envolvendo o CONTRAN, falou que há a exigência do certificado válido de verificação do cronotacógrafo no licenciamento obrigatório anual do veículo e destacou a implementação do modelo de cronotacógrafo digital, onde se teve um Ofício encaminhado pelo Presidente do Inmetro ao Contran, em abril/14, e já está em tramitação interna naquele Órgão.

O espaço Dconf foi iniciado e Dr. Alfredo Lobo abordou o GT aperfeiçoamento das Práticas de Acompanhamento no Mercado, onde destacou as mudanças na forma de atuação. Destacou que o Grupo de Trabalho está estudando a forma de viabilizar as mudanças propostas, ressaltando o deslocamento do foco das ações de fiscalização.

Esclareceu que o deslocamento da fiscalização para as redes de distribuição implica em mudanças no planejamento do SGI e na política de penalização do produto irregular.

Dr. Osni Ortiz, Dirigente do Ipem – RO, abordou a problemática da fronteira com a Bolívia.

Dr. Alfredo Lobo destacou a importância de se trabalhar as informações com mais inteligência, abordando o desenvolvimento de estratégias junto a Receita Federal.

Acerca da Fiscalização Técnica, esclareceu que existe a possibilidade de criação de um laboratório no Campus do Inmetro, em Xerém.

Abordou a questão da crescente demanda do Comércio Eletrônico, onde há uma grande dificuldade de se acompanhar.

Falou da fiscalização orientativa e sobre a criação de uma Portaria onde havendo denuncia fundamentada, pode-se determinar que um representante do Órgão Delegado vá ao local da denuncia, lacre a amostra e encaminhe para um laboratório acreditado fazer a analise.

Solicitou que para o próximo ciclo já se faça o planejamento com a mudança de foco apresentada.

Sobre a relação com a Receita Federal, Dr. Alfredo Lobo, explicou que houve a tentativa de inserção do fiscal do Inmetro / Ipem no ambiente alfandegário, mas a autorização não foi dada. Porém, destacou que a lei que autoriza o Inmetro a acessar o espaço alfandegário, quando acionados pela Receita Federal, foi feita.

Dr. Arthur Galdino destacou que na ultima Câmara Setorial de Avaliação da Conformidade foi levantada a questão da interface com a Receita Federal e destacou a necessidade de se ter uma linguagem dos códigos / etiquetas mais unificadas.

Dr. Alfredo Lobo explicou que é um grande desafio fazer o cidadão entender os códigos.

Dr. Ivan Alves Soares, Dirigente do Ipem – MG, registrou que recebeu uma visita da Receita Federal e que 2 (duas) forma agendadas em Minas Gerais.

Dr. Alfredo Lobo, dando prosseguimento, falou do Sistema Servir, explicando que é um programa desenvolvido entre o Inmetro e o MDIC, visando avaliar os serviços no Brasil.

Destacou que o próprio usuário fará a avaliação e o cidadão precisa estar devidamente cadastrado para fazer a avaliação do serviço.

Esclareceu que este sistema foca em reconhecimento e que após a avaliação será feito um ranking para divulgação dos 25% que mais se destacaram em relação ao atendimento.



Solicitou que os dirigentes estimulem os profissionais qualificados a responder a avaliação, destacando que existem 102 (cento e dois) profissionais aptos, mas apenas 25 responderam a pesquisa.

Acerca do Prêmio Nacional de Avaliação da Conformidade, informou que será realizado um novo processo de avaliação, visando reconhecer os profissionais que se destacaram na atividade e nos trabalhos inovadores.

Ficou acordado que a Dconf encaminhará o regulamento para os Órgãos Delegados, destacando a inclusão de premiação para o trabalho mais inovador na área da gestão.

Dr. Clodoaldo Ferreira, presidente do Ipem – MT, sugeriu que a Dimel também realize premiações, visando incentivar os profissionais da Metrologia Legal e Dr. Luiz Carlos Gomes esclareceu que o Prêmio de Metrologia Legal está sendo reestruturado.

Dr. Marcio Paiva falou acerca do Grupo de Trabalho Articulação (Consumo Seguro), destacando as evoluções e a grande motivação do grupo.

Informou que o GT visa apoiar os Órgãos Delegados na formação de redes locais de consumo seguro e saúde e na divulgação, em nível estadual, da importância do tema segurança de produtos de consumo, definir diretrizes a serem seguidas para auxiliar os Órgãos Delegados na formação das redes locais e, com isso, dar uniformidade a esse processo, harmonizar conceitos relacionados ao tema, divulgar o Sinmac e apoiar a capacitação dos agentes fiscais em segurança de produtos de consumo.

Apontou as realizações do GT, destacando a articulação junto ao Cicma para criação de módulo “aberto a sociedade” e inserção do tema no curso de Formação de Agente de Objetos Regulamentados e a investigações de casos de acidentes provocados por produtos de consumo para registro no Sinmac (Máquina de lavar em SC, bateria botão em GO, dentre outros).

Finalizando, informou que está sendo desenvolvido o “Manual de Formação de Redes Locais”, com diretrizes e procedimentos a serem seguidos, visando estimular e coordenar a formação de redes locais de consumo seguro e saúde.

Dr. Omer Pohlmann Filho tomou a palavra e questionou sobre o público alvo das Reuniões Plenárias, enfatizando que, em seu ponto de vista, deveriam participar, apenas, o Dirigente, o Diretor Técnico, o Diretor Administrativo e Financeiro e o Assessor Jurídico.

Dr. Clodoaldo Ferreira lembrou que ficou decidido, em reunião do Conselho Gestor, que cada estado só poderia participar da Reunião Plenária com 3 (três) representantes e, apenas, o dirigente teria direito de se manifestar.

Dr. José do Patrocínio disse que acredita que o dirigente tem responsabilidade e que devem trazer para a reunião pessoas que possam agregar.

Dr. Fabrizio Guaglianone destacou que não acha necessário a limitação de participantes, destacando que todos precisam ter uma boa conduta.

Dr. Virgílio Cavalcante sugeriu que esta decisão seja tomada na próxima reunião do Conselho Gestor.

Dr. Jones Braga destacou que a indicação de representantes deve ser de acordo com a pauta da reunião.

Finalizando, ficou decidido que este tema será decidido na próxima reunião do Conselho Gestor.

O Espaço RBMLQ – I foi iniciado e Dr. Sérgio Maia realizou a apresentação acerca da migração de dados do Sifen para o SGI, informando que o objetivo é migrar, automaticamente, os dados de um sistema para o outro. Destacou a cooperação da Secretaria da Fazenda do Estado e da SURRS.

Dr. Sérgio Maia apresentou, ainda, um software para verificação de medidores de energia elétrica, destacando que é uma metodologia de grande segurança e credibilidade, pois finaliza com a lacração do medidor.



Dr. Alexandre Modonezi falou sobre a implantação da edificação sede do posto de verificação de taxímetro do IPEM-SP. Informou a Empresa Moss do Brasil Equipamentos Ltda está em tratativas com o INMETRO para homologação como única fornecedora deste tipo de serviço no Brasil, uma vez que não existe outra prestadora no mercado. Diante disso, a fixação do valor da prestação dos serviços está em fase de conclusão.

Dr. Luiz Carlos Gomes informou que o Inmetro não pode fornecer um documento com exclusividade do serviço a esta empresa e destacou que este equipamento não é regulamentado.

Dr. Omer Pohlmann Filho sugeriu que seja feita uma licitação e a empresa apresente um atestado de capacidade técnica.

Acordou-se que a Dimel estudará um procedimento para viabilizar a utilização deste equipamento.

Finalizando o Espaço RBMLQ – I, Dr. Osny Bonfim falou dos avanços da Rede Consumo Seguro e Saúde na Bahia, onde se agregou outros órgãos do estado.

Dr. Omer Pohlmann Filho chamou atenção para o calendário de eventos do 2º semestre de 2014, apontando a alteração do local de realização da Reunião Regional Norte.

Decidiu-se que o Encontro de Assessores de Imprensa será realizado no dia 29 de agosto de 2014, por ocasião do Encontro de Informática com a RBMLQ – I, em Goiânia / GO.

Acordou-se que os Encontros Técnicos da Dimel e da Dconf serão realizados em Aracaju / SE.

Acordou-se que os Encontros da Diraf e da Profe com a RBMLQ – I, caso sejam realizados, serão em Belo Horizonte / MG.

Foi escolhido como suplente da Câmara Setorial de Avaliação da Conformidade o Dr. Fabrizio Guaglianone e como suplente da Câmara Setorial Jurídica do Dr. Andre Gomes.

A reunião foi dada como encerrada e Dr. Omer Pohlmann Filho agradeceu a participação de todos.

**Próxima Reunião:**

Data: 9 a 11 de Dezembro de 2014

Local: Belém / PA